



CÂMARA DOS DEPUTADOS
**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE
INVESTIGAR A ATUAÇÃO DO GRUPO MOVIMENTO DOS
TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST), DO SEU REAL
PROpósito, ASSIM COMO DOS SEUS FINANCIADORES - CPI DO MST**

Apresentação: 29/08/2023 12:31:22.293 - CPI/MST

REQ n.374/2023

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO Nº , DE 2023
(Do Sr. CAPITÃO ALDEN)

Requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO com a finalidade de ouvir na qualidade de testemunha, o Sr. Carlos José Barbosa Borges, superintendente regional do INCRA na Bahia (INCRA/BA), para prestar esclarecimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952, e do art. 36, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO com a finalidade de ouvir na qualidade de testemunha, o Sr. Carlos José Barbosa Borges, superintendente regional do INCRA na Bahia (INCRA/BA), para prestar esclarecimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

Incumbe a esta Comissão investigar, nos termos legais e conforme o requerimento¹ que a criou, a atuação do grupo Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), do seu real propósito, assim como dos seus financiadores.

¹ RCP 3/2023. <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2351529>



* C D 2 3 7 2 3 3 7 5 1 7 0 0 *

É de extrema importância ouvir o Sr. Carlos José Barbosa Borges nesta CPI, uma vez que informações foram divulgadas por assentados de que os títulos concedidos em assentamentos localizados no Estado da Bahia, durante o governo anterior, estariam sujeitos à invalidação, resultando na retirada dos assentados de suas terras. É imprescindível esclarecer essas informações e explicar quais os critérios estão sendo utilizados para anular esses atos administrativos de titulação de domínio.

Chegam inúmeros relatos de assentados, que até pedem sigilo em suas denúncias, informando que as titulações de suas terras serão invalidadas e novas titulações serão negociadas com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terras (MST) e que serão entregues pelo movimento.

Nesse sentido, conto com o apoio e a aprovação dos nobres Pares para a convocação ora proposta, que será de grande importância para os trabalhos deste Colegiado.

Sala da Comissão, em de 2023.

Deputado CAPITÃO ALDEN

